

Escolarização de pessoas com deficiência: questões de gênero

Michelle Mayara Praxedes Silva^{1*}

Karen Ribeiro^{2**}

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar os dados do Censo Demográfico e do Censo Escolar da educação básica de 2012 referentes às matrículas de alunos e alunas com deficiência por modalidade de ensino (regular, especial e educação de jovens e adultos - EJA), sexo e raça. Para tanto, utilizamos gênero como categoria de análise. Os resultados apontam a existência de desigualdade entre os sexos em relação ao acesso e permanência das estudantes do sexo feminino com deficiência na educação básica.

Palavras-chave: Gênero. Educação Especial. Censo Escolar. Censo Demográfico.

Gênero e Educação

Este trabalho tem por objetivo analisar os dados do Censo Demográfico Censo Escolar da educação básica de 2012 referentes às matrículas de alunos com deficiência por modalidade de ensino, sexo e raça. As modalidades de ensino em questão são regular, especial e educação de jovens e adultos (EJA). Para tanto, utilizamos gênero como categoria de análise.

Gênero é definido por Scott (1994) como “organização social da diferença sexual percebida”, “é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com a cultura, os grupos sociais e no tempo [...] (SCOTT, 1994, p. 13).

E isso o torna “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Assim, gênero é categoria relacional, construída nas relações sociais e também categoria de análise que ultrapassa os limites da família, da reprodução humana e da vida doméstica. A partir dessa categoria, é possível pesquisar sistemas sociais, econômicos, políticos; mercado de trabalho, educação, entre outros assuntos. Portanto, gênero é “um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em mulheres em múltiplas arenas de luta” (HARAWAY, 2004, p. 211).

*Universidade Estadual de Londrina, mestre, mmpraxedes_silva@hotmail.com

**Universidade Estadual de Londrina, doutora, karenribeiro@uel.br

A dicotomia homem e mulher, esclarece Fausto-Sterling (2000), está presente em nossas vidas desde a infância, “fazendo com que o sistema de dois sexos tenha um papel mais profundo no modo como entendemos a vida humana e dando a ele a aparência de ser tanto inato como natural” (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 31). Concordando com a autora, Thorne (1997) escreve que “se meninos e meninas são diferentes, não nasceram e sim se tornaram assim” (THORNE, 1997, p. 2), ou seja, aprendem sobre como ser menina e como ser menino desde muito cedo, nas interações entre seus pares e nos jogos marcados pelas relações de gênero.

Portanto, as pesquisas educacionais não poderiam deixar de contemplar esta categoria. A partir de levantamento da produção acadêmica, é possível constatar o crescimento da abordagem de gênero na área de educação. De incipientes no início dos anos 1980 a posição de destaque a partir da década de 1990 e 2000 (ROSEMBERG, 1992; LOURO, 1992; VIANNA *et al.*, 2011). Esta mudança indica a preocupação com o “processo de construção, uma ação, um investimento para ‘fazer’ um sujeito ‘de gênero’ ” e questiona a condição supostamente “ ‘natural’ do feminino e do masculino” (LOURO, 1992, p. 229).

Cláudia Vianna e Sandra Unbehaum (2006) também lembram que

[...] o conceito de gênero na educação parte do reconhecimento do caráter social e historicamente construído das desigualdades fundamentadas sobre as diferenças físicas e biológicas e, por vezes, denuncia o pretense caráter fixo e binário de categorias como o feminino e o masculino (VIANNA; UNBEHAUM, 2006, p. 2).

Neste trabalho, partimos do conceito de gênero, conforme descrito por Nicholson (2000), “em oposição a ‘sexo’ para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado (p.1).

Censo Demográfico e Censo Escolar

O dado oficial é o dado que determina a construção e avaliação das políticas públicas direcionadas a uma determinada parcela da população. Quando tratamos das pessoas com deficiência nós temos dois grandes bancos de dados nacionais que trazem informações sobre essa população: Censo demográfico e do Censo escolar. O Censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada

dez anos e os Censo escolar da educação básica feito anualmente. Neste trabalho usaremos os dados destes dois bancos.

A coleta de dados realizada pelos Censos e disseminação por agentes como o IBGE permitem a criação de Indicadores Sociais. O IBGE é um órgão de coleta e disseminação de estatísticas públicas sociais, ele é um “agente coordenador do Sistema de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas, como produtor de dados primários, compilador de informações provenientes dos Ministérios e como agente disseminador de estatísticas (JANNUZZI, 2003, p.37)”. O IBGE como parte do sistema de estatística pública permite, apesar de suas falhas, um acúmulo de informações para analisar e diagnosticar o que tem mudado na realidade brasileira, afim de que se possam construir indicadores sociais.

Os dados divulgados pelo IBGE são coletados por meio dos Censos demográficos, que apresentam muitas informações variadas sobre a população do país. O Censo do Brasil mostra-se internacionalmente como sendo um dos mais detalhados, tendo inúmeras pessoas envolvidas na sua coleta de campo (JANNUZZI, 2003).

O Censo Demográfico, realizado no ano de 2010, teve por base dois diferentes questionários, o questionário de amostra e o questionário básico. Conforme o próprio Censo:

Questionário Básico - aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra, e que contém a investigação das características básicas do domicílio e dos moradores;
Questionário da Amostra - aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra. Além da investigação contida no questionário básico, abrange outras características do domicílio e pesquisa importantes informações sociais, econômicas e demográficas dos seus moradores (IBGE, 2010, p.10, grifo do autor).

As informações quanto às pessoas com deficiência na população brasileira ficaram restritas ao questionário de amostra. Foi investigada a existência de deficiências destacando-se a deficiência visual, auditiva, física (denominada como motora) e a deficiência mental/intelectual.

Resultados

Ao verificarmos os dados das pessoas com deficiência por sexo, temos que a população de homens é de 93.406.990 correspondendo a 48,97% da população brasileira. Assim, as mulheres são 97.348.809, 51,03%. Temos que 19.805.367 dos homens apresentam alguma das deficiências investigadas pelo censo demográfico, sendo 21,20 % deste total. Já para as mulheres, 25.800.681 apresentam alguma das deficiências investigadas, sendo 26,50%.

Na deficiência visual na categoria *não consegue de modo algum* temos um total de 506.377, destes 237.538 são homens e 268.839 são mulheres. Correspondendo então a um total de mulheres 53,09% superior aos dos homens, 46,9 % nessa categoria. Considerando os que apresentam grande dificuldade no campo visual temos um total de 6.056.533, 40,24% são homens e 59,75% mulheres.

Quando cotejamos estes dados com os números de matrículas de alunos com deficiência divulgados no Censo Escolar, percebemos uma inversão na questão do sexo, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1: Matrículas de alunos com deficiência por modalidade de ensino, sexo e raça

Raça	Sexo	Modalidade de ensino					Total
		Regular		Especial	EJA		
		Geral	NEE	NEE	Geral	NEE	
Não declarada	Masculino	8.229.664	111.123	39.754	897.215	12.119	9.289.875
	Feminino	8.118.587	71.435	28.867	868.669	7.365	9.094.923
Branca	Masculino	6.709.559	111.490	45.365	251.043	6.069	7.123.526
	Feminino	6.738.404	71.849	33.872	285.825	4.226	7.134.176
Preta	Masculino	726.809	13.988	5.044	89.871	1.747	837.459
	Feminino	664.205	8.123	3.189	88.997	1.110	765.624
Parda	Masculino	7.324.657	115.467	22.352	645.787	10.259	8.118.522
	Feminino	7.123.569	70.465	16.536	691.684	6.079	7.908.333
Amarela	Masculino	99.310	1.399	5.318	5.946	91	112.064
	Feminino	96.677	952	3.422	6.607	52	107.710
Indígena	Masculino	117.677	991	242	12.390	100	131.400
	Feminino	113.286	656	161	13.545	81	127.729
Total		46.062.404	577.938	204.122	3.857.579	49.298	50.751.341

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados extraídos do banco de Microdados do MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica. Microdados: de 2012.

A tabela 1 apresenta os dados do censo escolar 2012 das matrículas de alunos com deficiência por modalidade de ensino, sexo e raça. O destaque dos números exibidos está na inversão do sexo predominante, que neste caso é o masculino. Quando apresentamos as estimativas do censo demográfico, a população de mulheres é de 2,06% maior que a população masculina, isso dá em torno de 3.941.819 mulheres a mais. Se olharmos as estimativas para as pessoas com deficiência, o sexo feminino prevalece à frente com uma porcentagem um pouco maior de 5,3%. Contudo, ao nos determos aos números de matrículas das pessoas com deficiência que estão na escola, há uma inversão em todas as modalidades, regular, especial e EJA, o sexo masculino é o predominante. Por exemplo a raça branca, na modalidade regular, no sexo feminino há 71.849 matrículas, no sexo masculino 111.490, uma diferença de 39.641 matrículas de homens a mais.

Na população brasileira, conforme o IBGE, existe uma incidência entre homens e mulheres na população geral que se mantém quando há deficiência e também se mantém quando observamos a população escolar sem deficiência. Existe uma estimativa oficial que não se sustenta na escolarização das pessoas com deficiência. Não há nenhuma condição de deficiência que apresente uma incidência tão maior em homens que justifique essa diferença.

Sem fazer a discriminação de sexo, ao considerarmos a raça/cor pelas subcategorias temos em *não consegue de modo algum* na deficiência visual: 52,6% da raça branca, 8,46% preta, 1,15% amarela, 37,35% da cor parda, 0,32% indígena. Assim temos a prevalência da cor branca, seguida da parda, preta, amarela e indígena com menos de 1%. Já na subcategoria *grande dificuldade*, a cor parda tem prevalência correspondendo a 44,47%, na sequência a cor branca com 44,14%, a cor preta 9,66%, 1,26% a amarela e 0,44 % da raça indígena.

Quanto à deficiência auditiva a categoria *não consegue de modo algum* corresponde a uma porcentagem de 0,75% do total dos que apresentam alguma deficiência. Destes, a quantidade de homens e mulheres é muito próxima sendo 50,08% homens e 49,91% mulheres. No que se refere à cor, há prevalência da cor branca, com seus 51,5 %, na sequência a cor parda com 39,9%, a cor preta 7% e a amarela e indígena com menos de 2% as duas juntas. Na categoria *grande dificuldade* da deficiência auditiva, correspondente a 3,94% do total das deficiências, temos o número de homens

um pouco maior que o de mulheres, sendo 52.6% homens e 47.3% mulheres. Quanto à cor, há prevalência da raça branca com 50,27%, parda 39,8%, preta 8%, amarela 1% e indígena 0,4%.

Na deficiência física, indicada pelo IBGE como motora, a categoria *não consegue de modo algum* corresponde a 1,61% do total das deficiências, sendo estes 46,6% homens e 53,3% mulheres. A prevalência da cor branca é de 54,9%, a parda 36,5%, na cor preta temos 7,30%, amarela e indígena menos de 1%. Já na categoria *grande dificuldade*, temos um percentual de 8,11% frente ao total das deficiências. Dentre estes temos 37,09% de homens e o número de mulheres chegando a 62,9%. A cor branca corresponde a 47%, a parda 41,57% a cor preta 9,81%, a amarela 1,12% e a indígena com menos de 1%.

Quanto à deficiência mental/intelectual, do total de 2.611.536, destes 1.409.597 são homens e 1.201.938 mulheres. Assim, 53,97% são homens e 46,02% mulheres. Deste total, existe a prevalência da raça branca com 1.197.836, na sequência a raça parda com 1.153.879, depois a raça preta com 220.809 a amarela com 28.362 e a raça indígena com 10.651.

Considerações

A escola não está alheia às relações sociais de gênero, afinal, adota práticas de separação, hierarquização, classificação e ordenamento (LOURO, 2003). Os resultados revelam que outros estudos são necessários para investigar os fatores que impedem a escolarização dessas estudantes. Além disso a intersecção entre gênero, raça e geração também parecem pertinentes nos esclarecimentos da desigualdade encontrada.

Referências bibliográficas

FAUSTO-STERLING, Anne. That sexe which prevaieth. In:_____. *Sexing the body:gender politics and the construction of sexuality*.New York: Basic Books, 2000.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* , Campinas, n. 22, p. 201 – 246, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2009.

IBGE. *Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Disponível em:<<http://loja.ibge.gov.br/censo-demografico-2010->

[caracteristicas-gerais-da-populac-o-religi-o-e-pessoas-com-deficiencia.html](#)>. Acesso em: 30 ago. 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil*. Campinas, SP: Alínea, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para a educação. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: 34: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 227 – 242.

_____. Gênero. A emergência do gênero. In: _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 14 – 36.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, SC. v.8, n.2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917> Acesso em : 25 maio 2014

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal e mulher: um balanço parcial da bibliografia. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 151 – 182.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71 – 99, jul./dez. 1995.

_____. Prefácio a gender and the politics of History. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 11 – 27, jul./dez. 1994.

THORNE, Barrie. *Gender play: girls and boys in school*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1997.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. Gender and equity: a brazilian perspective. In: NEW, Rebecca S.; COHRAN, Moncrieff (Org.). *Early child education*. Medford: Greenwood, 2006.